

**Ata da XII Reunião Plenária da Comissão de Acompanhamento  
Ambiental do Sistema Eletroprodutor do Tâmega**

**Dia:** 28 de março de 2019

**Hora:** 10h30-13h00

**Local:** Porto

**Participantes:** Inês Andrade (APA/ARH do Norte), Lara Carvalho (APA/ARH do Norte), Dora Barros (APA), Susana Sá (APA/ARH do Norte), Sara Vieira (APA/DAIA), Rui Fonseca (CCDR-N), Andreia Cabral (CCDR-N), Alberto Machado (CM Vila Pouca de Aguiar), Nuno Azevedo (CM Vila Pouca de Aguiar), João Noronha (CM Ribeira de Pena), Susana Teixeira (CM Ribeira de Pena), Conceição Clemente (CM Ribeira de Pena), Eulália Valadares (CM Ribeira de Pena), Francisco Alves (CM Cabeceiras de Basto), Jorge Carvalho (LNEG), Carlos Pedro Santos (ICNF), David Ferreira (DRC-N), Ana Brazão (CPADA), Ricardo Próspero (CPADA), Sara Hoya (Iberdrola), José Maria Otero (Iberdrola), David Rivera (Iberdrola), Juan Dapena (Iberdrola), Diego Fernández (Biosfera/Iberdrola), Inês Garcia (Biosfera/Iberdrola), David Bernardo (Iberdrola), Margarida Magina (Iberdrola/Procesl), Nádía Santiago (Iberdrola), e Tiago Amaral (Abreu Advogados/Iberdrola).

**Ordem de trabalhos:** Comissão de Acompanhamento Ambiental do Sistema Eletroprodutor do Tâmega

**10h30** – Boas-Vindas

**10h40** – Deliberação sobre a proposta de Ata da XI Reunião da CAASET

**10h50** – Ponto de situação dos trabalhos desenvolvidos até ao momento

**11h00** – Debate e deliberação sobre a proposta de parecer final da CAASET ao 11.º RTAA

**12h00** – Balanço da visita à frente de obra

**12h15** – Outros assuntos

**12h25 – Calendarização dos próximos trabalhos da CAASET**

**12h30 – Encerramento**

Inês Andrade (APA/ARH do Norte)	Deu as boas-vindas e desejou bom trabalho a todos os presentes.
Seguiu-se o ponto 1. da Ordem de trabalho: Deliberação sobre a proposta de Ata da XI Reunião da CAASET.	
Sara Hoya (Iberdrola)	Mencionou a necessidade de maior articulação entre entidades para tratamento de reclamações. Necessidade de serem novamente clarificados os critérios que definem como passar uma recomendação a advertência.
Ana Brazão (CPADA)	Referiu que a sugestão de alteração à ata que propôs não foi incorporada, pelo que solicitou aos membros da CAASET, cujas declarações estavam implicadas na alteração proposta que se pronunciassem. Perguntou como estava o processo de indemnização por danos.
David Bernardo (Iberdrola)	Clarificou que a Iberdrola vai efetuar as segundas vistorias às várias casas afetadas e assumirá responsabilidade pelos danos, caso necessário.
Após uma nova leitura e validação das declarações pelos seus autores a ata foi reajustada e aprovada por todos.	
Seguiu-se o ponto 2. da Ordem de trabalho: Ponto de situação dos trabalhos desenvolvidos até ao momento.	
Carlos Pedro Santos (ICNF)	Afirmou que ICNF não deu parecer ao projeto de recuperação paisagística do estaleiro 14A e referiu não compreender como foi aprovado um projeto sem parecer de todas as entidades da Comissão de Acompanhamento.

Handwritten notes and signatures in blue ink along the right margin of the page.

<p>Juan Dapena (Iberdrola)</p>	<p>Relativamente ao estudo geológico, referiu que a Iberdrola já enviou ao LNEG os resultados parciais sobre as análises aos filões de lítio, uma vez que a UTAD ainda não disponibilizou os resultados finais.</p>
<p>Rui Fonseca (CCDR-N)</p>	<p>Fez um breve ponto de situação relativo ao processo de pós-AIA, nomeadamente sobre o restabelecimento de acessos afetados pelo projeto – Ponte de Veral-Monteiros e de Capeludos-Sobradelo, tendo esclarecido que a Iberdrola já apresentou a informação solicitada pela CCDR-N (identificação, classificação e avaliação de impactes no âmbito do fator Socioeconomia, decorrentes da realocização da ponte de arame de Veral-Monteiros e da submersão permanente do pontão de Capeludos-Sobradelo.</p> <p>Salientou que esta questão não se esgotará com análise dos impactes socioeconómicos, uma vez que terá implicações também nos outros descritores: património, natureza, recursos hídricos, entre outros, tendo, por isso, afirmado que é sua convicção que as outras entidades representadas na CAASET também terão de se pronunciar.</p> <p>Informou, ainda, que a CCDR-N está, no entanto, a proceder à análise técnica do estudo apresentado pela Iberdrola, prevendo-se a sua conclusão a breve prazo.</p>
<p>Alberto Machado (CM Vila Pouca de Aguiar)</p>	<p>Salientou que a ponte de Capeludos-Sobradelo é uma travessia muito utilizada pela população e que não foi contemplada na DIA nem no RECAPE, pelo que se tratou de um lapso.</p> <p>Explicou que as duas autarquias pedem que a Autoridade de AIA considere a reposição da travessia entre as duas aldeias, uma vez que a sua não reposição alterará de forma muito significativa a socioeconomia das duas localidades.</p>

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin of the page, including initials and names such as SF, JF, and others.





	<p>pavimento em locais que possam colocar em causa a segurança dos veículos vão continuar. Relativamente à EN206, a Iberdrola recordou que não pode, nem tem competências para intervir nesse acesso, visto que está na jurisdição das Infraestruturas de Portugal.</p> <p>Relativamente à CM Ribeira de Pena, a Iberdrola vai continuar com as reparações nos acessos, à semelhança do que tem sido feito até à data, aplicar semáforos na EM312 e irá realizar as reparações na EM 312 entre a rotunda da vila e o Acesso B2/C2.</p>
<p>Ana Brazão (CPADA)</p>	<p>Demonstrou preocupação com a demora nos processos de expropriação, frisando que foi um assunto abordado na anterior reunião sem que se verifiquem avanços.</p>
<p>Sara Hoya (Iberdrola)</p>	<p>Garantiu que a Iberdrola continua a trabalhar com as câmaras municipais, sobretudo, com a de Ribeira de Pena no sentido de encontrar soluções para as pessoas que precisam de realojamento.</p> <p>Recordou que o Plano de Ação Socioeconómico do Sistema Eletroprodutor do Tâmega tem a Medida 29, que prevê a utilização de cerca de 4 milhões de euros na elaboração do projeto e execução dos realojamentos. Explicou que dos 52 casos identificados, apenas 19 ainda não têm solução e que se tratam de situações muito variadas.</p> <p>Esclareceu que, entretanto, a Iberdrola tem já uma solução provisória, que será finalizada no verão 2019, que passa pela instalação e cedência de casas pré-fabricadas com o objetivo de acomodar provisoriamente as famílias. Referiu que prazo definido de outubro pode ser flexível e que a tomada de posse pode não coincidir com a saída física dos habitantes.</p>

SF  
 P.  
 A.  
 E.  
 S.  
 J.  
 A.  
 B.  
 C.  
 D.  
 E.  
 F.  
 G.  
 H.  
 I.  
 J.  
 K.  
 L.  
 M.  
 N.  
 O.  
 P.  
 Q.  
 R.  
 S.  
 T.  
 U.  
 V.  
 W.  
 X.  
 Y.  
 Z.

<p><b>Tiago Amaral</b> (Iberdrola/Abreu Advogados)</p>	<p>Sugeriu o agendamento de uma reunião do grupo do Plano de Ação o mais breve possível, uma vez que, no seu entender, ajudará a clarificar o modo de implementação da Medida 29.</p>
<p><b>Alberto Machado</b> (CM Vila Pouca de Aguiar)</p>	<p>Garantiu que na próxima semana os autarcas têm uma reunião na Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega e que após essa reunião proporão uma data para a realização da do grupo de trabalho do Plano Socioeconómico.</p>
<p><b>Ana Brazão</b> (CPADA)</p>	<p>Recordou que o enchimento da albufeira necessita de uma aprovação da APA, pelo que, no seu entender, a APA não deve emitir o respetivo parecer antes de existir uma solução definitiva e acordada com todas as pessoas que vão ser alvo de realojamento. Salientou que o importante é que, em outubro, quando saírem das suas casas já saibam com certeza para onde vão viver e quais as soluções, e não apenas para a solução provisória sem “resolução à vista”.</p>
<p>Seguiu-se o ponto 3. da Ordem de trabalho: Debate e deliberação sobre a proposta de parecer final da CAASET ao 11.º RTAA.</p>	
<p><b>Susana Sá</b> (APA/ARH do Norte)</p>	<p>Referiu que, na sequência das solicitações da CPADA e da Iberdrola para a pronúncia da APA sobre o aumento da frequência e da distribuição dos pontos de monitorização dos programas de monitorização das águas superficiais e subterrâneas, no âmbito das recomendações R05.14 e R05.16 e da advertência A08.01 da CPADA, a APA analisou a questão, tendo lido de seguida a respetiva pronúncia:</p> <p><i>A APA, na prossecução das suas competências relativas ao descritor recursos hídricos, acompanha os trabalhos desenvolvidos no âmbito do projeto de construção dos aproveitamentos hidroelétricos do Alto Tâmega, Daivões e</i></p>

*Gouvães, através da elaboração de pareceres e/ou visitas de campo.*

*As campanhas de monitorização de águas superficiais efetuadas até ao momento não revelaram a existência de impactes significativos resultantes da obra ao nível dos recursos hídricos, considerando-se que as justificações apresentadas para os valores anómalos são aceitáveis.*

*Assim sendo, não existem evidências, até ao momento, da necessidade de aumentar a periodicidade de amostragem de águas superficiais. Caso, no futuro, ocorram situações que venham a justificar o aumento desta monitorização, a APA irá pronunciar-se sobre tal assunto em sede própria (parecer).*

*Sublinha-se que até ao presente momento, a IBD tem acatado as recomendações e sugestões da APA, incluindo a monitorização de parâmetros adicionais, de uma forma construtiva.*

*Começou por afirmar que ao longo das várias reuniões, o LNEG tem dado vários sinais de colaboração com a Iberdrola, tendo lido de seguida o seu parecer:*

*“No âmbito da CAASET, a atividade do LNEG centra-se na salvaguarda dos recursos minerais de modo a acautelar a desnecessária esterilização dos locais onde esses recursos ocorrem ou possam ocorrer.*

*A DIA respeitante ao SET inclui, como Medida de Minimização de Caráter Específico para a fase de construção e primeiro enchimento, a Medida 48 que refere a necessidade de acompanhamento das obras por técnico especializado em geologia e que sempre que a área a afetar apresente potencialidade em recursos geológicos, deve efetuar-se o*

Jorge Carvalho

(LNEG)

a  
DF  
P.  
H  
B. S. B.  
H  
J  
J  
L  
A  
L  
S.  
E.  
D.  
L



*acompanhamento de todas as ações que impliquem essas afetações.*

*Neste contexto e após acerto genérico da metodologia a adotar em 14/07/2017, a Iberdrola apenas iniciou o relato formal do cumprimento da Medida 48 em fevereiro de 2018 com a apresentação do 7º RTAA relativo ao último trimestre de 2017. Esse relatório mostrou-se, contudo, muito deficiente devido a:*

- Número reduzido de frentes de obra propostas pela Iberdrola face ao número de ações/obras em curso efetivo no terreno;*
- Relato realizado após conclusão das frentes de obra;*
- Não apresentação de resultados analíticos respeitantes a análises químicas.*

*Tal como especificado na advertência A06.R04.08, nos RTAAs posteriores, incluindo o 11.º RTAA que foi disponibilizado em 26/02/2019, mais de um ano e meio após o acerto de metodologia e um ano após o início formal do relato do cumprimento da Medida 48, verifica-se que as deficiências apontadas se mantêm, não sendo possível avaliar se estão ou não a ser afetados recursos geológicos, em particular, recursos minerais litiníferos.*

*Perante este cenário importa discutir a eficácia das ações desenvolvidas pela Iberdrola e a eficácia da Medida 48 em si mesma.*

*Assumindo-se que a Medida 48 tem como objetivo o acompanhamento de eventuais afetações aos recursos minerais, a fim de acautelar a sua eventual perda, é evidente que a eficácia das ações desenvolvidas pela Iberdrola é nula,*

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin, including the letters "DF" at the top and various illegible signatures and initials below.

	<p><i>porquanto o seu relato apenas é feito após o encerramento das frentes de obra e até ao momento não foram apresentados resultados analíticos que permitam verificar a existência ou não de recursos minerais relevantes.</i></p> <p><i>Mesmo que o objetivo da Medida 48 não seja o de acautelar a perda de recursos minerais relevantes – o que nos reporta para o ponto seguinte – as ações desenvolvidas continuam a não ser eficazes pelas mesmas razões, ou seja, mesmo que demonstrem que o acompanhamento está a ser realizado, não demonstram se existem ou não afetações a recursos minerais com interesse económico.</i></p> <p><i>Quanto à eficácia da própria Medida 48, importa realçar que ela aponta para o acompanhamento geológico, mas sem especificar qual o objetivo, ou seja, sem indicar o que se pretende minimizar e de que modo. O acompanhamento geológico não é, por si só, uma ação minimizadora de impactos. Quanto muito, poderá entender-se como uma medida compensatória. Conclui-se, portanto, que a Medida de Minimização 48 não revela eficácia”.</i></p> <p>No final, solicitou aos restantes membros da CAASET que se pronunciassem quanto ao seu entendimento sobre a Medida 48.</p>
<p>David Rivera (Iberdrola)</p>	<p>Garantiu que a Iberdrola não está a estragar o recurso natural lítio e que a finalidade é conhecer o património mineiro que existe naquela zona.</p>
<p>Andreia Cabral (CCDR-N)</p>	<p>Recordou que os membros nomeados para a CAASET representam uma entidade e não eles próprios e que cada entidade tem as suas competências bem definidas, pelo que não compete à entidade que nada têm a ver com geologia se pronunciar sobre essa questão. Cada entidade tem um</p>

AS  
 DF  
 P.  
 H.  
 A.  
 C.  
 S.  
 J.  
 B.  
 J.  
 A.  
 J.  
 S.  
 J.



<p>Carlos Pedro Santos (ICNF)</p>	<p>Esclareceu que o ICNF entregou dois pareceres. Um que é o parecer ao 11.º RTAA e outro que diz respeito às respostas que estavam em aberto sobre o anterior parecer da CPADA, nomeadamente sobre a recomendação R04.14.</p> <p>Propôs que a Autoridade de AIA, o LNEG e a Iberdrola promovam uma reunião para analisar a questão da metodologia a usar no estudo do lítio.</p>
<p>Seguiu-se o ponto 4. da Ordem de trabalho: Balanço da visita à frente de obra.</p>	
<p>Andreia Cabral (CCDR-N)</p>	<p>Manifestou o seu agrado com a organização e limpeza das áreas visitadas, o que, no seu entender, revela o esforço da Iberdrola.</p>
<p>Seguiu-se o ponto 5. da Ordem de trabalho: Outros assuntos.</p>	
<p>Alberto Machado (CM Vila Pouca de Aguiar)</p>	<p>Solicitou que a Iberdrola fizesse um breve ponto de situação sobre a implementação das medidas compensatórias dos sistemas ecológicos.</p> <p>Referiu ainda a discrepância de valores relativos à concretização da Medida da Grande Rota, cujo montante previsto para a ação é de 1.632.929€, montante que segundo informação da Iberdrola inclui a reposição dos acessos, pelo que a Iberdrola apresentou uma proposta de 250.000€ para a Grande Rota e o diferencial seria para os acessos (responsabilidade exclusiva da Iberdrola). Deu nota ainda que está a ser feito um levantamento que iremos apresentar numa próxima reunião em que irá ser quantificado o valor mínimo necessário para salvaguardar esta medida de compensação do Percurso Pedestre "Grande Rota".</p> <p>Referiu também que relativamente ao financiamento de um desencarcerador para os Bombeiros de Vila Pouca de Aguiar, a Iberdrola tinha-se comprometido em financiar a compra do</p>

	<p>equipamento, mas, tendo em conta os atrasos verificados, a CM Vila Pouca de Aguiar aprovou em Reunião de Câmara Municipal uma comparticipar para a Associação Humanitária dos Bombeiros de Vila Pouca de Aguiar proceder à aquisição do desencarcerador para pesados, remetendo o Município posteriormente à Iberdrola o pedido de comparticipação dessa despesa.</p>
<p>Sara Hoya (Iberdrola)</p>	<p>Relativamente às medidas de compensação ambiental, recordou que são as autarquias que escolhem os locais a compensar, assim como são quem as vai executar, cabendo apenas ao ICNF a sua aprovação, pelo que considera que as autarquias conhecem as medidas e os cronogramas de execução.</p>
<p>José Maria Otero (Iberdrola)</p>	<p>No que diz respeito ao desencarcerador, recordou que o entendimento da Iberdrola passou por articular estas questões com a Proteção Civil Distrital de Vila Real (em articulação com a de Braga) de modo a ter uma visão e estratégia mais alargada, ao nível distrital, e que a Proteção Civil deu a indicação que a prioridade era reforçar os meios humanos, as equipas permanentes.</p> <p>No entanto, voltou a referir que os protocolos estão em aberto e que a Iberdrola está disponível para financiar as necessidades reportadas.</p>
<p>Ana Brazão (CPADA)</p>	<p>Sugeriu a realização de uma reunião específica entre a CPADA, a Iberdrola e a Autoridade de AIA com o objetivo de analisar e debater as várias recomendações que a CPADA tem vindo a fazer ao longo dos RTAA e que continuam por resolver.</p>
<p>Sara Vieira (APA/DAIA)</p>	<p>Manifestou a disponibilidade da APA em participar na reunião, mas, tendo em conta que algumas das</p>

	<p>recomendações da CPADA têm a ver com as competências de outras entidades que não a Autoridade de AIA, sugeriu que na próxima reunião da CAASET se dedicasse mais tempo ao fecho/resolução das recomendações em aberto.</p> <p>Afirmou que as respostas da APA e ICNF às recomendações e advertências relacionadas com as suas competências e que foram apresentadas pela CPADA vão constar no parecer ao 11.º RTAA.</p>
<p>Sara Hoya (Iberdrola)</p>	<p>Concordou com a sugestão da realização da reunião, mostrando-se disponível para participar.</p>
<p>Seguiu-se o ponto 6. da Ordem de trabalho: Calendarização dos próximos trabalhos da CAASET.</p>	
<p>Susana Sá (APA/ARH do Norte)</p>	<p>Sugeriu as seguintes datas para os próximos trabalhos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 01.abr.2019 - Entrega pareceres setoriais 11.º RTAA;</li> <li>• 04.abr.2019 - Entrega proposta parecer final 11.º RTAA;</li> <li>• 08.abr.2019 - Entrega parecer final 11.º RTAA;</li> <li>• 06.mai.2019 - Entrega 12.º RTAA;</li> <li>• 07.jun.2019 - Entrega pareceres setoriais 12.º RTAA;</li> <li>• 14.jun.2019 - Entrega proposta parecer final 12.º RTAA;</li> <li>• 25.jun.2019 - Visita Técnica;</li> <li>• 26.jun.2019 - XIII Reunião CAASET / Parecer final 12.º RTAA.</li> </ul>
<p>João Noronha (CM Ribeira de Pena)</p>	<p>Sugeriu que a próxima reunião da CAASET se realizasse em Ribeira de Pena.</p>
<p>Inês Andrade (APA/ARH do Norte)</p>	<p>Agradeceu a presença de todos e deu a reunião por terminada.</p>

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin of the page, including the initials 'SF' at the top and various illegible signatures and initials throughout the page.

Inês Andrade 	Lara Carvalho 
(APA/ARH do Norte)	(APA/ARH do Norte)
Dora Barros 	Susana Sá 
(APA)	(APA/ARH do Norte)
Sara Vieira 	Jorge Carvalho
(APA/DAIA)	(LNEG)
Rui Fonseca 	Andreia Cabral 
(CCDR-N)	(CCDR-N)
Carlos Pedro Santos 	David Ferreira 
(ICNF)	(DRC-N)
Alberto Machado	Nuno Azevedo
(CM Vila Pouca de Aguiar)	(CM Vila Pouca de Aguiar)
João Noronha 	Susana Teixeira
(CM Ribeira de Pena)	(CM Ribeira de Pena)
Eulália Valadares 	Conceição Clemente 
(CM Ribeira de Pena)	(CM Ribeira de Pena)
Francisco Alves 	Ana Brazão 
(CM Cabeceira de Basto)	(CPADA)

Ricardo Próspero  (CPADA)	Sara Hoya  (Iberdrola)
Juan Dapena  (Iberdrola)	José Maria Otero  (Iberdrola)
David Rivera  (Iberdrola)	David Bernardo  (Iberdrola)
Inês Garcia  (Biosfera/Iberdrola)	Nádia Santiago  (Iberdrola)
Diego Fernández  (Biosfera/Iberdrola)	Margarida Magina  (Iberdrola/Procesl)
P/ Tiago Peralta  (Iberdrola)	Tiago Amaral  (Abreu Advogados/Iberdrola)